



CCDR
ALENTEJO

Boletim Trimestral 18



Alentejo Hoje

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional



Campino - Ribatejo



Revelando uma dinâmica de investimento muito positiva na utilização dos Fundos Estruturais, o complexo de atividades do Turismo e do Lazer do Alentejo e do Ribatejo conheceu uma transformação acentuada, nomeadamente, fruto da estruturação de uma visão integrada e de um modelo de intervenção por parte da Entidade Regional de Turismo do Alentejo/Ribatejo que permitiu a reconfiguração e requalificação das estruturas de alojamento e de animação e acrescentou visibilidade e notoriedade ao destino. Para a manutenção da trajectória de crescimento da actividade no horizonte 2020, as orientações estratégicas incluem a vertente do património, indústrias culturais e criativas e serviços de turismo, visando a “certificação do destino, dos serviços e do território, com preocupações centrais ao nível da sustentabilidade, da identidade, da qualidade e da ética/responsabilidade social” e a afirmação da região como destino turístico de excelência.

Ficha Técnica

Propriedade:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Director:

Roberto Pereira Grilo

Director Executivo:

Figueira Antunes

Concepção Gráfica e Paginação:

Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Colaboradores internos:

Amável Candeias
Luis Santos
Nelson Faustino
Teresa Godinho

Colaboradores externos:

José Belbute, António Caleiro, Gertrudes Guerreiro, Elsa Vaz e Ana Eduardo - *Universidade de Évora, Departamento de Economia e CEFAGE-UE*
António Ceia da Silva - *Presidente da Entidade Regional de Turismo do Alentejo / Ribatejo*

Edição:

Setembro 2015

Capa: Cante alentejano

Agradecimento:

Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

Índice

5

Nota de Abertura

6

Conjuntura Regional

10

Temas em destaque

CAPACITAR – Desenvolvimento Económico e Social Local

16

A Matriz Input-Output da região Alentejo

22

Perspetiva 2020

O Turismo do Alentejo e do Ribatejo e os Fundos Estruturais Europeus

30

Programa Operacional Regional - INALENTEJO

Situação em 31-07 -2015

34

Programa Operacional Regional - ALENTEJO 2020

Operacionalização do Alentejo 2020



Nota de Abertura

A edição do número 18 do Boletim “Alentejo Hoje – Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional” apresenta duas dimensões de análise da realidade da Região: uma mais centrada em informação de “situação” e outra de natureza mais prospectiva.

Num momento em que co-existem dois ciclos distintos de fundos comunitários de âmbito estritamente regional, INALENTEJO 2007/2013 e ALENTEJO2020, coloca-se à gestão destes Programas e às entidades promotoras de candidaturas, um duplo desafio: (i) concretizar a plena execução dos recursos financeiros disponíveis para o período 2007/2013; (ii) dinamizar e aprovar novos projectos de investimento no Programa Regional ALENTEJO 2020.

O INALENTEJO tem em 31 de Julho pp uma taxa de execução de 82%, sendo no entanto expectável a sua plena concretização financeira, para o que contribuirão ainda de forma significativa os projectos referentes ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e a investimentos no âmbito do sistema de incentivos às empresas, nomeadamente no sector do turismo. Espera-se por isso que a Região concretize investimentos de cerca de 1.270 M€, com a correspondente alocação de fundos comunitário de 854 M€.

No que respeita ao ALENTEJO 2020, destaque para os 166 projectos já aprovados até final de Agosto, no âmbito da inovação, da qualificação e da internacionalização das PME, com um volume de novos investimentos de cerca de 47 M€ e um incentivo de fundos comunitários de 19,2 M€.

Os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, já contratualizados com as 5 Comunidades Intermunicipais do Alentejo, constituem-se como uma abordagem inovadora do desenvolvimento territorial, protagonizada nas respectivas sub-regiões pelas Comunidades Intermunicipais, representando para o Alentejo 160 M€ de fundos comunitários, a financiar fundamentalmente pelo ALENTEJO 2020, mas também pelos Programas de Desenvolvimento Rural, da Inclusão Social e do Emprego e da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos.

A presente edição do Boletim conta ainda com a colaboração de entidades externas, nomeadamente a Universidade de Évora e da Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo (ERT).

O artigo da responsabilidade da ERT vem evidenciar e perspectivar a importância acrescida do setor do turismo na economia regional, para o que muito tem contribuído a dinamização dos agentes económicos e os apoios financeiros do INALENTEJO à qualificação da oferta turística e à promoção interna e externa da Região.

As principais conclusões do estudo referente à MATRIZ INPUT-OUTPUT, realizado numa parceria entre a Universidade de Évora, a CCDR Alentejo e o Instituto Nacional de Estatística, permitem caracterizar a estrutura produtiva regional, a procura final e a formação de valor acrescentado, constituindo-se como um referencial para a evolução do desenvolvimento económico e social do Alentejo.

No âmbito da evolução da conjuntura sócio económica regional, regista-se a evolução favorável da taxa de emprego, bem como a continuada redução da taxa de desemprego, que se situa em Junho de 2015 em 12,6%. Também o turismo continua a melhorar o seu desempenho na economia regional, com um acréscimo, face ao período homólogo, de 14% do número de dormidas e 20,7% nos proveitos gerados. Numa altura em que o país já inverteu o ciclo económico dos últimos anos, a plena operacionalização e acesso dos agentes económicos, públicos e privados, aos novos fundos comunitários perspectivados para 2020, será certamente um factor decisivo na melhoria consolidada do emprego, da riqueza produzida e da qualidade de vida dos cidadãos ■

Roberto Pereira Grilo

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (em regime de substituição)



Conjuntura Regional

Na Região do Alentejo, a **taxa de emprego** retomou a evolução favorável que se vinha verificando, dado que no 1º trimestre de 2015 se havia verificado uma ligeira inversão face ao trimestre anterior. Porém, no 2º trimestre volta a verificar-se uma evolução positiva neste indicador que permite registar variações favoráveis quer relativamente ao trimestre (+3,6%), quer ao período homólogo anual (+0,4%).

Quanto à evolução da **população empregada**, após a situação menos favorável verificada no 1º trimestre de 2015 face ao 2º de 2014, em consonância com a taxa de emprego, regista-se no trimestre em análise uma evolução favorável face ao trimestre anterior, apesar dos valores ainda serem ligeiramente inferiores aos do período homólogo.

A **população activa** apresenta uma variação positiva (+0,1%) face ao trimestre anterior e negativa (-2,2%) face ao período anual homólogo.

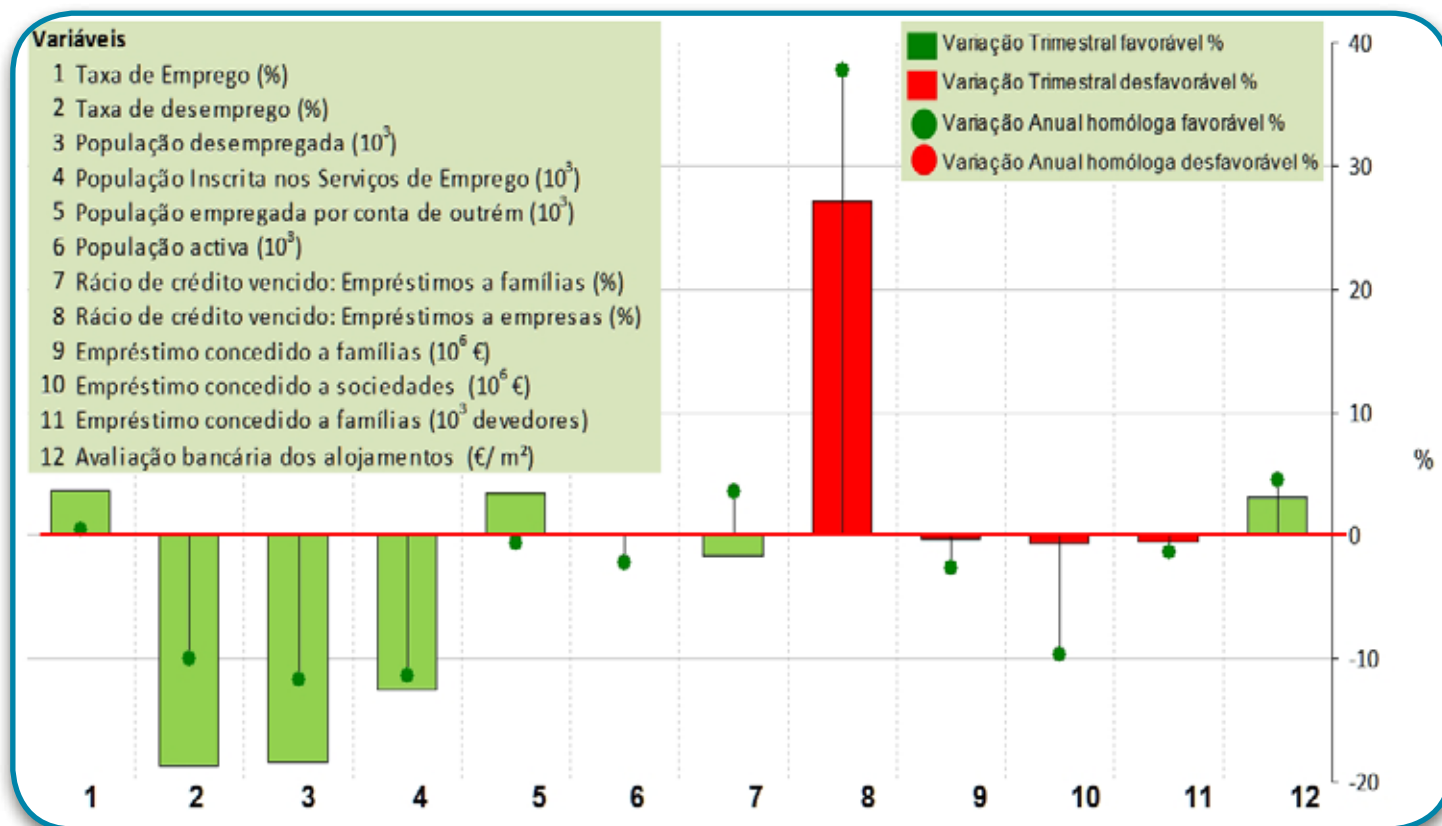
Indicadores de Conjuntura - 2º Trimestre de 2015

2º Trimestre 2014	1º Trimestre 2015	2º Trimestre 2015	Indicador	Fonte	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Tendência Anual homóloga	Tendência Trimestre
48,3	46,8	48,5	Taxa de Emprego (%)	INE	0,4	3,6	✓	✓
14,0	15,5	12,6	Taxa de desemprego (%)	INE	-10,0	-18,7	✓	✓
50,4	54,5	44,5	População desempregada (10 ³)	INE	-11,7	-18,3	✓	✓
37,8	38,3	33,5	População Inscrita nos Serviços de Emprego (10 ³)	IEFP	-11,4	-12,5	✓	✓
309,7	297,4	307,7	População empregada por conta de outrém (10 ³)	INE	-0,6	3,5	✗	✓
360,1	351,8	352,2	População activa (10 ³)	INE	-2,2	0,1	✗	✓
5,6	5,9	5,8	Rácio de crédito vencido: Empréstimos a famílias (%)	B. Portugal	3,6	-1,7	✗	✓
11,9	12,9	16,4	Rácio de crédito vencido: Empréstimos a empresas (%)	B. Portugal	37,8	27,1	✗	✗
8974	8762	8734	Empréstimo concedido a famílias (10 ⁶ €)	B. Portugal	-2,7	-0,3	✗	✗
5086	4625	4595	Empréstimo concedido a sociedades (10 ⁶ €)	B. Portugal	-9,7	-0,6	✗	✗
309,6	306,9	305,5	Empréstimo concedido a famílias (10 ³ devedores)	B. Portugal	-1,3	-0,5	✓	✓
28	29	78	Licenças de construção (Nº fogos)	INE	178,6	169,0	✓	✓
866	878	905	Avaliação bancária dos alojamentos (€/ m ²)	INE	4,5	3,1	✓	✓
116,3	90,2	132,7	Turismo: dormidas (10 ³)	INE	14,1	47,2	✓	✓
5353	4124	6459	Turismo: proveitos totais (10 ³ €)	INE	20,7	56,6	✓	✓

Fonte: INE, IEFP, BP

Quanto à **taxa de desemprego**, no 2º trimestre chegou a 12,6%, com uma variação de -18,7% face ao trimestre anterior e de -10,0% face ao período homólogo, o que revela uma evolução muito favorável. Estes dados são coerentes com os valores apresentados para a **população desempregada** cuja variação é de -18,3% e -11,7% face ao trimestre e período homólogo, respectivamente. Também a evolução da **população desempregada inscrita nos serviços de emprego** revela uma evolução similar, apesar da variação trimestral ser menor (-12,5%), pelo que se infere que há população desempregada que não está inscrita nestes serviços (44,5 mil desempregados na região e 33,5 mil inscritos como tal, nos serviços de emprego).

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 2º Trimestre de 2015
Variação Trimestral e Anual homóloga



No que concerne **aos empréstimos às famílias**, verifica-se uma variação negativa quer relativamente ao trimestre anterior (-0,3%), quer ao período homólogo (-2,7%), sendo de salientar a variação favorável do **rácio de crédito vencido** no 2º trimestre face ao primeiro (-1,7%), apesar da situação ainda ser desfavorável face ao período homólogo (+ 3,6%). No entanto, quanto aos **empréstimos concedidos** (número de devedores), têm tido uma variação favorável, quer no trimestre (-0,5%), quer no período homólogo (- 1,3%). Já os **empréstimos concedidos às empresas** têm uma variação desfavorável, quer no trimestre, quer no período homólogo (-0,6 e -9,7%, respectivamente), assim como o **rácio de crédito vencido** que continua a ter variação positiva da ordem de 27,1% e 37,8 % face ao trimestre anterior e ao período homólogo, respectivamente.

Quanto aos indicadores relativos à **construção**, é de referir o aumento do número de fogos construídos que passou de 29 no 1º trimestre para 78, a que corresponde uma variação de 169%, com a reserva que merece esta variação tendo em conta os pequenos números a que se refere. Também a **avaliação bancária dos alojamentos** tem vindo a verificar evolução positiva, estando o preço em 905€/m².

O turismo, por ser um indicador sazonal, privilegia a comparação entre períodos homólogos, o que revela uma evolução bastante positiva, quer no número de dormidas (+14,1%), quer nos proveitos (+ 20,7%).

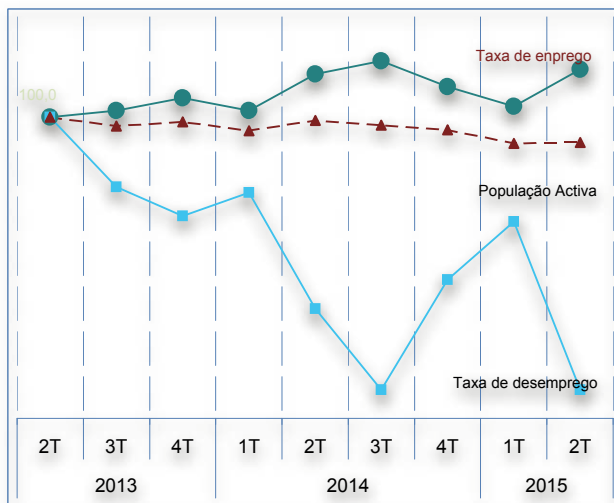
Assim, tendo em conta o **conjunto dos indicadores de conjuntura da região** e a sua evolução do primeiro para o segundo trimestre e a comparação com o período homólogo de 2014, verifica-se que são a taxa de desemprego, a população desempregada, a população inscrita nos Serviços de Emprego, a taxa de emprego e os indicadores no âmbito do turismo que têm variações mais favoráveis. As responsabilidades de crédito vencido, no que se refere aos empréstimos às empresas, persistem em revelar-se negativas.

Seguidamente, procede-se à análise do comportamento dos principais indicadores presentes, numa perspectiva mais prolongada no tempo.

Mercado de Trabalho

Analisando as tendências evolutivas do **mercado de trabalho** num período temporal mais alargado, verifica-se que a taxa de emprego que parecia revelar um comportamento inerente a oscilações sazonais, acaba por ter uma evolução bastante favorável no último trimestre (Junho 2015). A taxa de desemprego que vinha revelando, desde o início de 2013, uma evolução decrescente bastante positiva (apesar de uma oscilação no final do ano), a partir do 3º trimestre de 2014, inicia um movimento inverso que, até final do 1º trimestre de 2015, tendo neste último trimestre invertido essa tendência com uma tendência decrescente bastante positiva. Quanto à evolução da população activa, a partir do 2º trimestre de 2014 tem vindo a verificar uma continuidade na tendência decrescente, havendo no entanto, uma ligeira tendência inversa no último trimestre em análise, passando de 351,8 mil para 352,2 mil.

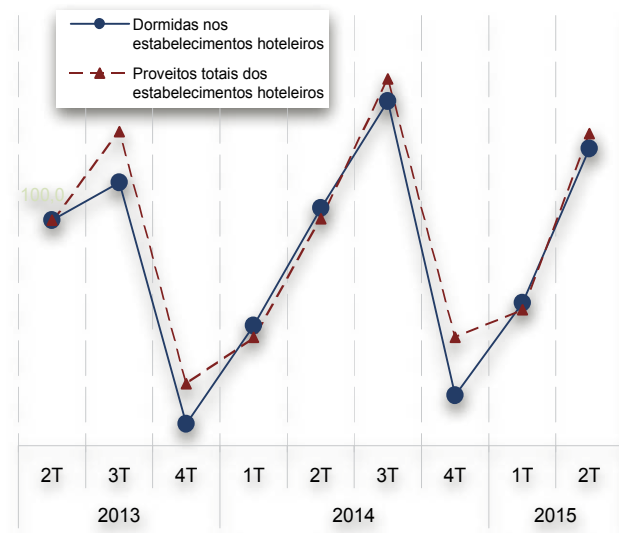
Indicadores de Emprego / Desemprego - Alentejo / Variação relativa a 2013



Turismo

Os indicadores de turismo, revelam um comportamento tipicamente sazonal, concluindo-se que quer o número de dormidas, quer os proveitos, têm evoluções muito positivas.

Indicadores de Turismo - Alentejo / Variação relativa a 2013

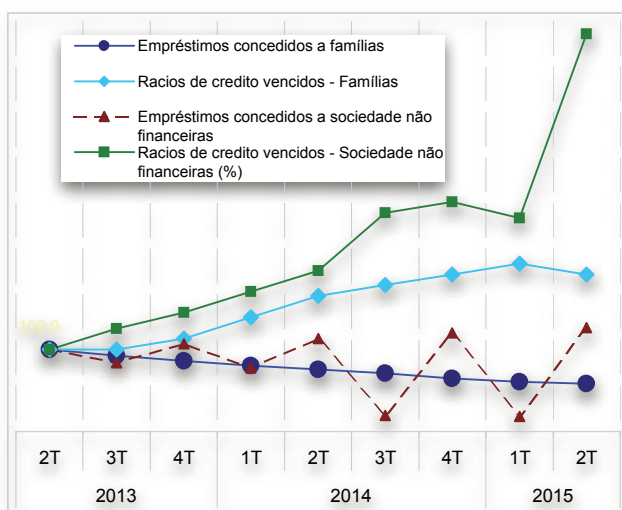


Responsabilidades de Crédito

Os empréstimos concedidos às famílias têm vindo a diminuir, o que revela uma tendência decrescente continuada, pese embora os rácios de crédito vencidos manifestem uma tendência contrária, sendo que no segundo trimestre de 2015 há uma tendência ligeiramente decrescente.

Quanto aos empréstimos às empresas, não há uma definição contínua de tendência. No entanto, os rácios de crédito vencido, apesar de no trimestre anterior parecer iniciar-se uma ligeira tendência decrescente, foi retomada a tendência crescente, sendo o indicador regional com pior comportamento no último trimestre ■

Indicadores Financeiros - Alentejo / Variação relativa a 2013



Temas em destaque



A crescente preocupação dos autarcas com o desenvolvimento e a competitividade económica local assenta hoje numa abordagem empenhada das problemáticas da inclusão social, do empreendedorismo, da empregabilidade, da inovação, da otimização de redes, da cooperação, da governança, da equidade intergeracional, da especialização e marketing territorial, da captação de investimento e da programação estratégica.

A consciência destes novos paradigmas da moderna governabilidade local motivou o surgimento do Programa CAPACITAR – Desenvolvimento Económico e Social Local, protocolado entre a Direção-Geral das Autarquias Locais, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Fundação para os Estudos e Formação Autárquica e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional. São ainda parceiros as redes de municípios e instituições de ensino superior.

Trata-se de um programa de capacitação que, sob coordenação da DGAL, se destina a autarcas e outros responsáveis da administração local, secretários executivos das entidades intermunicipais, dirigentes e trabalhadores das autarquias locais e outros agentes do desenvolvimento local.

Concebido para ter início em 2015, o programa desenvolve-se por mais 6 anos e é cofinanciado pelos programas operacionais do Portugal 2020.

Na base da criação do Capacitar está o papel mais ativo destinado às autarquias locais e entidades intermunicipais ao nível da competitividade e do desenvolvimento social no quadro comunitário 2014-2020. Desígnio que, de alguma forma, pode reclamar uma mudança de paradigma nas políticas públicas locais, assente numa reorientação para o desenvolvimento e competitividade económica local e integração social, preparada para os novos desafios, prioridades e instrumentos decorrentes do Portugal 2020.

As áreas formativas do Capacitar abrangem: o diagnóstico prospetivo do território; a cooperação; a atração de investimento; o papel do município como dinamizador e a criação de estratégia de desenvolvimento económico e social local.



PACITAR

Investimento Económico e Social Local

No diagnóstico prospetivo do território são objeto de reflexão quer o conhecimento da situação e evolução provável dos recursos (território, capital humano, empresas e instituições), quer a identificação dos fatores de diferenciação, quer ainda o diagnóstico das vulnerabilidades e necessidades sociais.

Na cooperação: as entidades intermunicipais e a cooperação intermunicipal; as redes de cidades; o triângulo estratégico entre as entidades autárquicas, as empresas e o sistema científico e tecnológico.

Na atração de investimento: a diplomacia económica; a diminuição de barreiras administrativas e da burocracia; competitividade fiscal; incubadoras e parques empresariais; qualidade de vida e bem estar social.

No papel do município como dinamizador: apoio à educação e formação para o empreendedorismo; os desafios e possibilidades do Portugal 2020; a promoção dos recursos do território, a criação de marcas, denominações de origem e marketing territorial; o impulso à cooperação entre empresas; o estímulo à inovação.

Na criação de estratégia de desenvolvimento económico e social local: a liderança estratégica; um plano de ação calendarizado com definição de responsabilidades; um modelo de governança da conceção e implementação da estratégia; a participação pública; a monitorização dos resultados e dos impactos e revisão periódica das abordagens seguidas.

São quatro os pilares do Programa Capacitar:

- Aprendizagem entre pares (“peer learning”);
- Capacitação avançada de líderes;
- Formação de dirigentes e quadros, e
- Elaboração de estratégias para o desenvolvimento económico e social local.

A aprendizagem entre pares tomará a forma de um programa de missões de estudo (visando conhecer in loco casos de sucesso em Portugal e no estrangeiro), uma plataforma de “ideias” e “estudos de caso” (por um lado, uma base online para a difusão de reconhecidas boas práticas; por outro lado, uma academia e investigadores que promovam a realização de “estudos de caso” para análise crítica das boas ideias), um erasmus-autarquias (intercâmbio entre trabalhadores de autarquias nacionais e congéneres da União Europeia), redes de municípios (cooperação e partilha entre autarquias nacionais em torno de determinado setor ou potencialidade).

Pilar I: Aprendizagem entre Pares (“peer learning”)

AÇÃO: TÍTULO	PROGRAMA DE MISSÕES DE ESTUDO	PLATAFORMA DE “IDEIAS” E “ESTUDOS DE CASO”	REDES DE MUNICÍPIOS	ERASMUS-AUTARQUIAS (INTERCÂMBIO NACIONAL E INTERNACIONAL)
BREVE DESCRIÇÃO	Visitas de estudo ao estrangeiro, em grupos limitados, para conhecer casos de sucesso numa certa especialização sendo que do programa consta: visita aos “sítios” de sucesso; interação com os agentes responsáveis pela sua concretização; apresentação das fases de implementação do caso e trabalho em sala com análise das condicionantes do mesmo e avaliação.	1.ª Fase: Constituir uma plataforma institucional que dinamize e disponibilize (em portal de internet) boas ideias de desenvolvimento económico local; 2.ª Fase: Estimular junto das autarquias e da academia o desenvolvimento e seleção de estudos de caso de “sucesso” apresentados.	Dinamização de processos de cooperação e partilha entre municípios em torno de certo sector ou potencialidade, através do qual sejam realizadas ações conjuntas e de interação. (Por exemplo: redes de cidades digitais; rede de cidades criativas, etc.). A rede piloto das cidades criativas (RCC) terá 14 municípios.	Implementar um programa de Erasmus interautárquico, com intercâmbio de trabalhadores municipais em outras organizações nacionais ou congéneres da União Europeia, e outras, visando apropriar conhecimento e partilha de boas práticas.
DESTINATÁRIOS	<ul style="list-style-type: none"> • Presidentes de CM e • Secretários das Entidades Intermunicipais. <p>Eventualmente podem ser acompanhados de atores locais (agências de desenvolvimento local; empresários; sistema científico e tecnológico).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Autarquias e Entidades intermunicipais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Grupos de Municípios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dirigentes e trabalhadores das autarquias e das Entidades intermunicipais.



No âmbito da capacitação avançada de líderes prevê-se um programa de capacitação avançada de líderes bem como seminários de “líderes para o desenvolvimento”.

Pilar II: Capacitação Avançada de Líderes

AÇÃO: TÍTULO	PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO AVANÇADA DE LÍDERES	SEMINÁRIOS DE “LÍDERES PARA O DESENVOLVIMENTO”
BREVE DESCRIÇÃO	Experiência formativa avançada em Escola de Gestão de Universidade, com capacitação e desenvolvimento das competências dos autarcas nas áreas formativas do Programa Capacitar, através de conteúdos e metodologias avançadas típicas destas Escolas, incluindo casos de estudo exemplares. Cursos de curta/média duração que podem ser realizados em parceria ou associação por Universidades portuguesas ou estrangeiras.	Realização de seminários de um a dois dias, com apresentação, e discussão de casos de sucesso em desenvolvimento e competitividade económica e social local. Podem envolver apresentações de academias, ou autarcas e outras personalidades, nacionais ou estrangeiras.
DESTINATÁRIOS	<ul style="list-style-type: none"> • Presidentes de Câmara Municipal; • Secretários de Entidades Intermunicipais; • Vereadores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Presidentes de Câmara Municipal; • Secretários de Entidades Intermunicipais; • Vereadores.

No que concerne à formação de dirigentes e trabalhadores, esta assenta em cursos de formação (formação em sala, formação ação e workshops) com vista a alinhar as prioridades e competências de todos os membros da organização.

Pilar III: Formação de Dirigentes e Quadros

AÇÃO: TÍTULO	CURSOS DE FORMAÇÃO
BREVE DESCRIÇÃO	Curso de formação para dirigentes e técnicos locais, para desenvolvimento das suas competências que deverão refocalizar-se para o desenvolvimento e competitividade local e, para o bom acolhimento das novas transferências de competências da administração central para os municípios, visando o desenvolvimento social, nas áreas formativas do programa. Formação com recurso a módulos eminentemente aplicados e interativos, possibilitando através de exercícios concretos sensibilizar os participantes para as novas abordagens face aos novos desafios, acolhendo meritariamente as novas competências a transferir da administração central, e promovendo a partilha de conhecimentos. Realização de seminários de trabalho, com dinamização de mecanismos inovadores de <i>benchmarking</i> , com forte componente prática, através de estudos de caso de sucesso, visando adotar as boas práticas no setor e ultrapassar barreiras ao sucesso do programa de qualificação para o desenvolvimento e competitividade económica local. Promover a boa aplicação de fundos comunitários (FSE). Difusão das boas práticas.
DESTINATÁRIOS	<ul style="list-style-type: none"> • Dirigentes e trabalhadores da autarquia e das Entidades Intermunicipais. • Atores locais, designadamente agências de desenvolvimento local; empresários; sistema científico e tecnológico.



Relativamente à estratégia para o desenvolvimento económico e social local, pretende-se a criação de um guião de procedimentos, assim como a elaboração de estratégias, sendo os municípios desafiados a elaborar a respetiva estratégia de desenvolvimento económico e social local.

Pilar IV: Estratégias para o Desenvolvimento Económico e Social Local

AÇÃO: TÍTULO	criação do guião de procedimentos para a elaboração de estratégias locais	Elaboração da estratégia de desenvolvimento económico e social local
BREVE DESCRIÇÃO	Criação de um Guião de Procedimentos que possa ser utilizado pelas diferentes autarquias e agentes como orientação para o processo e o conteúdo na Elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Económico e Social Local.	Será feito o acompanhamento tutorial para a elaboração de programas e planos estratégicos de ação local, necessariamente articulados com os planos de ação supra-municipais respetivos e com ênfase na avaliação dos impactos da estratégia de desenvolvimento adotada e desenvolvida, atentas as especificidades e recursos diferenciadores de cada território, e que permitam o desenvolvimento dos fatores de afirmação. Será feito através de consultoria direta ao autarca ou secretário executivo.
DESTINATÁRIOS	<ul style="list-style-type: none"> Os responsáveis municipais pela elaboração das estratégias de desenvolvimento económico e social local 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios (com eventual preferência àqueles cujos autarcas tenham realizado ações do Pilar I do Programa).

Primeira sessão do workshop "Portugal 2020" realizou-se na CCDRA

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, em parceria com a Direção-Geral das Autarquias Locais, organizou no dia 9 de setembro de 2015 um workshop no âmbito do Programa Capacitar - Desenvolvimento Económico e Social Local.

Inserida no Pilar III do programa, esta iniciativa onde intervieram o Subdiretor-Geral das Autarquias Locais e Coordenador do Capacitar, António Edmundo Ribeiro, bem como o Presidente da CCDR Alentejo, Roberto Pereira Grilo, foi realizada no auditório da CCDRA em Évora e subordinada ao tema "Portugal 2020", teve como destinatários os dirigentes e trabalhadores dos Municípios, das Associações de Municípios e Comunidades Intermunicipais do Alentejo e da Lezíria do Tejo, tendo sido bastante participada.

O workshop contou com a colaboração de oradores representantes da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (Dr.ª Conceição Moreno) e das Autoridades de Gestão do Programas Operacionais COMPETE 2020 (Dr. Francisco Nunes) e ALENTEJO 2020 (Dr. António Costa da Silva, Dr. Luís Castilho e Dr. Filipe Palma).

Nesta ação de capacitação de agentes da administração local foram abordados temas como: as prioridades e princípios orientadores do Portugal 2020; as oportunidades de investimento para o setor local no Portugal 2020; a contratualização com as entidades intermunicipais e autoridades urbanas; a inclusão social e emprego - novos desafios e prática; a competitividade e a internacionalização - os novos desafios dos municípios; a sustentabilidade e eficiência energética ■





António Edmundo Ribeiro
Coordenador do CAPACITAR



Conceição Moreno
Agência para o Desenvolvimento e Coesão



Francisco Nunes
COMPETE 2020

A Matriz Input-Output da região Alentejo: Alguns aspectos descritivos

1. Introdução

O objectivo deste artigo consiste em fazer a apresentação geral da matriz Input-Output para a região Alentejo (MIO-Alentejo), e simultaneamente fazer referência a alguns resultados mais gerais. Com ele iniciamos uma série de pequenas notas mais específicas sobre a MIO-Alentejo, com o propósito de caracterizar a estrutura da produção, da procura final e da formação do valor acrescentado. Para além disso, é também nosso propósito ilustrar o potencial que este instrumento tem no processo de planeamento regional, e em particular na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas regionais.

A inexistência para região Alentejo de um quadro de relações intersectoriais que espelhasse com rigor o quadro de interacções entre a produção, a procura final e a remuneração dos factores produtivos era uma lacuna antiga da região. Essa circunstância dificultava a possibilidade de conhecer, analisar e agir de forma global, desagregada e integrada sobre o complexo sistema económico regional. Foi essa lacuna e a consciência de que era necessário a região dispor de um instrumento de análise de equilíbrio geral baseado no quadro de relações intersectoriais que motivou a criação de uma parceria entre a Universidade de Évora, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR-Alentejo) e o Instituto Nacional de Estatística (INE). Dessa parceria nasceu a matriz Input-Output para a região Alentejo.

A matriz Input-Output (MIO) é um instrumento fundamental quer para a caracterização da estrutura económica dos espaços económicos a que se refere (sejam eles nacionais, regionais ou locais), através das relações de interdependência sectorial e dos preços, quer para a análise das assimetrias regionais. Para além disso, a matriz serve ainda de suporte à modelização, constituindo-se um poderoso instrumento de apoio à definição de políticas de desenvolvimento (nacional, regional ou local), da sua implementação e avaliação de impactos (de política ou de outros).

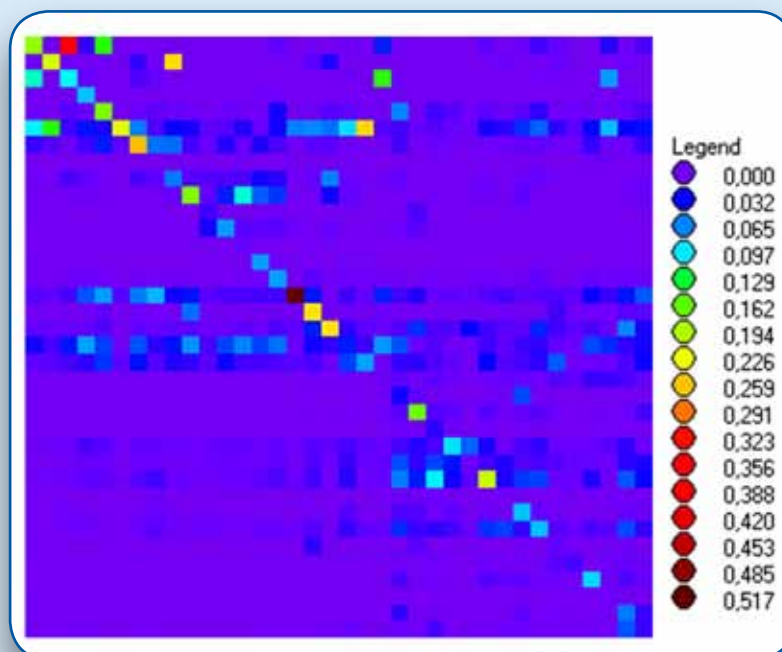
A MIO baseia-se no pressuposto da existência de interações de equilíbrio estrutural entre três subsistemas (ou quadrantes): o sistema produtivo (ou tecnológico), os factores produtivos, ditos primários, e os utilizadores finais (da produção). Numa matriz input-output de natureza regional, o primeiro quadrante mostra as interacções sectoriais de produção da região. O segundo quadrante reflete as vendas/compras de cada produto destinadas a satisfazer cada componente da procura final. O terceiro quadrante revela o subsistema da utilização e conseqüente valorização dos factores primários. A informação estatística utilizada teve origem no INE e no Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (DPP). Esta informação deu origem aos três quadrantes da matriz. A matriz está valorada a preços de 2008, ano mais recente para o qual o INE dispõe de valores definitivos e coincidentes com o ano base da MIO. A MIO é simétrica no sentido que se assume que cada ramo produz um único produto, e está desagregada em 38 produtos. Estão disponíveis duas versões da matriz: a versão designada de “Produção regional”, em que as importações (do exterior e das outras regiões) estão isoladas e a versão “Fluxos totais”, em que as importações totais estão distribuídas por cada produto.

2. Estrutura produtiva

No que diz respeito à estrutura produtiva intermédia regional, isto é, no que concerne às vendas e as compras de empresas de bens e serviços intermédios, estas representam cerca de 40% da produção total da região. Em termos sectoriais, na medida em que, na maior parte dos casos, são (muito) pouco significativas as inter-relações entre os diversos sectores produtivos, a estrutura produtiva é frágil, desequilibrada e está concentrada em três grandes grupos de sectores que diferem consoante se tratam de vendas ou de compras intermédias.

A fragilidade e o desequilíbrio da estrutura produtiva regional podem ser avaliados a partir dos coeficientes técnicos de produção. Esses coeficientes permitem aferir não só a tecnologia incorporada na produção de cada produto, como ainda a intensidade de relações intersectoriais na região. A figura 1 apresenta a matriz de 38x38 dos coeficientes técnicos e representa, através de uma escala de cores, a intensidade das relações intersectoriais. Cada célula corresponde ao coeficiente técnico da utilização, pelo ramo j, dos factores intermédios com origem no ramo i. O mais surpreendente dessa figura consiste em que, com excepção da diagonal principal (relações intrasectoriais) e de algumas (poucas) células fora dela, predominam as cores frias (azuis), o que revela uma rede produtiva com relações relativamente fracas entre os diversos sectores produtivos da região e efeitos multiplicadores relativamente ténues, conforme veremos um pouco mais à frente.

Figura 1. Coeficientes técnicos na matriz de produção regional do Alentejo



Consequentemente, a estrutura sectorial de produção é bastante concentrada. Na verdade, 46% do total das vendas intermédias da região estão concentrados nos “sectores” da transformação de petróleo, agricultura, produção animal, caça, floresta e electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (tabela 1). Por outro lado, a tabela 2 mostra que cerca de um terço das compras intermédias está concentrada nos “sectores” da electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (12,8%), Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis (10,5%) e fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados (10,2 %).

Tabela 1. Estrutura das vendas de produtos intermédios

PRODUTOS/RAMOS	(10 ³ Euros)	Estrutura (%)
CD Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados	2,110,517	21.9%
A Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1,224,059	12.7%
D Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1,082,706	11.2%
F Construção	610,859	6.3%
CA Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	605,354	6.3%
G Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis	564,556	5.9%
CE Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas e artificiais	495,265	5.1%
H Transporte e armazenagem	485,907	5.0%
B Indústrias extrativas	302,434	3.1%
MA Atividades jurídicas e de contabilidade; atividades das sedes sociais; atividades de consultoria para a gestão; atividades de arquitetura e de engenharia; atividades de ensaios e análises técnicas	300,782	3.1%

Tabela 2. Estrutura das compras de produtos intermédios

PRODUTOS/RAMOS	(10 ³ Euros)	Estrutura (%)
D Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1,235,479	12.8%
G Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis	1,012,184	10.5%
CD Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados	986,618	10.2%
L Atividades imobiliárias	835,040	8.7%
I Atividades de alojamento e restauração	755,586	7.8%
JB Telecomunicações	734,588	7.6%
CE Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas e artificiais	611,223	6.3%
MC Publicidade e estudos de mercado; outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades veterinárias	437,128	4.5%
JA Atividades de edição, audiovisuais e radiodifusão	326,380	3.4%
CM Fabricação de mobiliário e de colchões; outras indústrias transformadoras; reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	307,702	3.2%

3. Procura final: o caso específico do consumo final das famílias

A procura final da região representa cerca de 60% do total dos empregos (produção intermédia e procura final). A componente mais importante da procura final é o Consumo Final das Famílias (68,5%) logo seguida da Formação Bruta de Capital (23.2%) e do Consumo Final das Administrações Públicas (23,6%). Tal significa um valor de absorção interna de 117,5% e justifica que as exportações líquidas (para outras regiões do país e para o estrangeiro) sejam negativas (vide tabela 3).

Tabela 3. Procura final da região Alentejo: valores a preços de mercado (103 Euros)

Componentes da Procura Final	País	Região Alentejo	Estrutura (%)
CONSUMO FINAL	154,151.164	10,627.441	94.34%
CFF	116,025.661	7,711.891	68.46%
CFONLAF	3,593.494	262.577	2.33%
CFAP	34,532.009	2,652.973	23.55%
FBC	39,817.312	2,610.098	23.17%
FBCF	38,634.723	2,532.577	22.48%
Δ Valores	141.936	9.304	0.08%
Δ Ex.	1,040.653	68.217	0.61%
Absorção Interna (AI)	193,968.476	13,237.538	117.51%
X	49,781.435	3,569.927	31.69%
M	71,766.849	5,542.651	49.20%
Despesa agregada (PIB)	171,983.062	11,264.815	100.00%

Cerca de 86% do consumo final das famílias da região está concentrado em dez “produtos” a que corresponde um valor de aproximadamente 4,47 mil milhões de Euros (veja-se tabela 4).

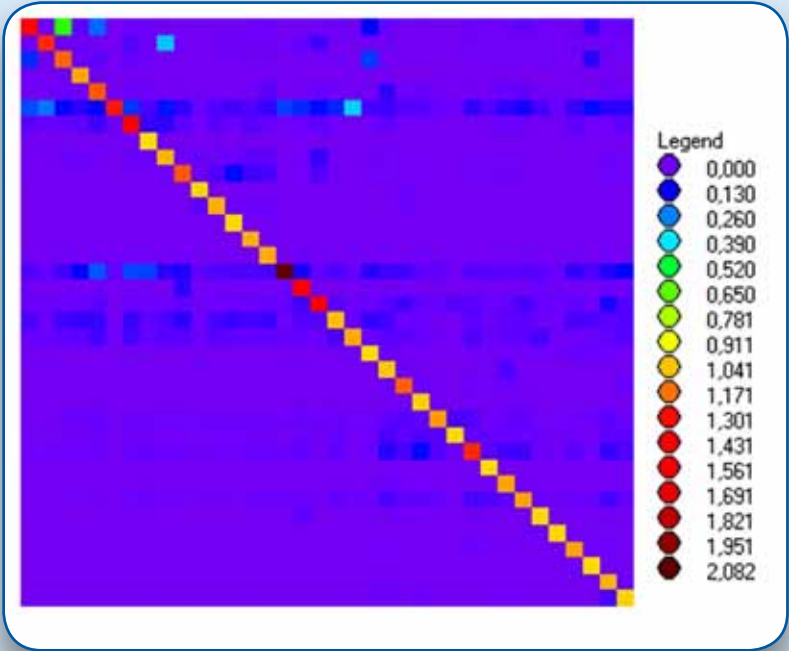
Tabela 4. A estrutura do consumo final das famílias da região Alentejo: valores a preços de mercado (103 Euros)

PRODUTOS/RAMOS	Valor	Estrutura (%)
G Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis	933,031	0.180
CD Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados	725,858	0.140
CA Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	699,257	0.135
I Atividades de alojamento e restauração	559,878	0.108
L Atividades imobiliárias	528,075	0.102
A Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	369,720	0.071
D Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	214,161	0.041
K Atividades financeiras e de seguros	183,688	0.035
H Transporte e armazenagem	134,746	0.026
QA Atividades de saúde humana	123,980	0.024

4. Efeitos Multiplicadores

Uma das potencialidades da matriz reside na possibilidade de conhecer os efeitos sobre a produção de cada produto i causada pelo aumento de um euro na procura final (ou em qualquer uma das suas componentes) dirigida ao produto j. Esta informação é obtida a partir dos multiplicadores de produção, os quais se apresentam na figura seguinte.

Figura 2. Multiplicadores de produção na matriz de produção regional do Alentejo



Como seria de esperar, à semelhança do que verificámos relativamente aos coeficientes técnicos, também os multiplicadores de produção refletem a fraca intensidade de relações intersectoriais na região Alentejo.

Consideremos, a título exemplificativo, os efeitos multiplicadores totais, directos e indirectos em resultado de um aumento de 1€ na procura de cada produto identificado na tabela 5. Estes multiplicadores denominam-se de “arrasto” já que mostram a capacidade de um produto ter efeitos indirectos sobre todos os ramos com os quais está directa ou indirectamente relacionado, quando a procura a ele dirigida aumenta em 1 euro. Quando maior for o grau de relação intersectorial, maior será o efeito de arrasto.

Tabela 5 - Efeitos multiplicadores de arrasto

PRODUTOS	EFEITO de ARRASTO		
	TOTAL	PRODUTO	OUTROS PRODUTOS
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2.433	2.074	0.359
Produtos alimentares, bebidas e da indústria do tabaco	2.264	1.192	1.073
Produtos de madeira e de papel, e serviços de impressão	2.212	1.219	0.994
Distribuição água; esgotos, gestão de resíduos e serviços de descontaminação	2.044	1.314	0.731
Serviços de alojamento e restauração (restaurantes e similares)	1.728	1.004	0.724
...
EM MÉDIA ...	1.706 (0.049)	1.144 (0.033)	0.562 (0.037)

À semelhança do que verificámos relativamente aos coeficientes técnicos, também os multiplicadores de arrasto reflectem a fraca intensidade de relações intersectoriais na região Alentejo. Com efeito, os multiplicadores registam uma distribuição assimétrica e os efeitos mais elevados estão fortemente concentrados num reduzido número de produtos. Por exemplo, para uma expansão exógena da procura final dirigida a um produto em 1 euro, 80% dos multiplicadores individuais são inferiores a 1,044 € e apenas 5% deles geram um aumento da produção total superior a 1,226 €.

Se, por exemplo, apenas a procura final de “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” aumentar em 1€, o efeito de arrasto total na economia da região será de 2,43€, sendo que 2,07€ correspondem ao aumento de produção intrasectorial e apenas 0,36€ correspondem a aumentos na produção de outros produtos. No entanto, se considerarmos os “Produtos alimentares, bebidas e da indústria do tabaco”, um aumento de 1€ na procura final, provoca um efeito de arrasto total de 2,26€, sendo que 1,19€ ocorre no próprio produto e 1,07€ nos restantes produtos, claramente acima do valor médio. O mesmo ocorre com os sectores dos produtos da madeira e da distribuição de águas.

A tabela 6 apresenta os efeitos totais (de expansão), diretos e nos outros produtos de um aumento de 1€ na procura de todos e cada um dos 38 produtos.

Tabela 6 - Efeitos multiplicadores de expansão

PRODUTOS	EFEITO de EXPANSÃO		
	TOTAL	PRODUTO	OUTROS PRODUTOS
Coque e produtos petrolíferos refinados	5.100	1.290	3.810
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	4.608	2.074	2.534
Serviços de comércio por grosso e a retalho, e de reparação de veículos automóveis e motociclos	2.614	1.047	1.567
Produtos da agricultura, silvicultura e pesca	2.641	1.336	1.305
Construções e trabalhos de construção	2.408	1.325	1.083
Serviços jurídicos e contabilísticos; serviços de sedes sociais; serviços de consultoria e de gestão; arquitetura e serviços de engenharia; serviços de ensaios e de análises	2.425	1.274	1.151
...			
EM MÉDIA ...	1.706 (0.155)	1.144 (0.033)	0.562 (0.132)

O produto “Coque e produtos petrolíferos refinados” tem um efeito de expansão (total) na economia da região de 5,10€, sendo que 1,30 € correspondem ao aumento de produção intrasectorial e os restantes 3,81€ correspondem a aumentos noutras produções utilizadoras deste produto. No entanto, se considerarmos a “Construção e trabalhos de construção”, o efeito de expansão total é de 2,41€, dos quais 1,33€ no próprio sector e os outros 1,08€ nos outros sectores.

Os dois exemplos anteriores mostram dois casos extremos de efeitos multiplicadores em que os multiplicadores de expansão são naturalmente mais elevados que os multiplicadores de arrasto. No entanto, é possível avaliar os impactos de aumentos na procura final dirigida apenas a alguns sectores, o que é particularmente apropriado para a avaliação dos impactos do PAR e POR (Alentejo 2020). No que à avaliação dos impactos dos fundos comunitários diz respeito, a MIO-Alentejo poderá – e, pelas suas características, deverá – ser o instrumento que permitirá aferir o real efeito estruturante dos fundos comunitários na mudança desejada no tecido económico e social do Alentejo ■

Artigo da responsabilidade de José Belbute, António Caleiro, Gertrudes Guerreiro, Elsa Vaz e Ana Eduardo - Universidade de Évora, Departamento de Economia e CEFAGE-UE, 15 de Setembro de 2015

Perspetiva 2020

O Turismo do Alentejo e do Ribatejo e os Fundos Estruturais Europeus - Resultados e desafios entre dois períodos de programação

Herdade da Cortesia - Avis

I - Introdução

Coincidindo com a reorganização territorial da administração regional do turismo e com a vigência do QREN, o período temporal de 2008 a 2014 foi extremamente importante para o crescimento e desenvolvimento turístico da Região do Alentejo.

Tendo como núcleo central de ação política de Turismo, o Plano Operacional de Turismo do Alentejo (POTA), a Entidade Regional de Turismo do Alentejo (ERTA) desenvolveu no período referido um ambicioso programa de estruturação e desenvolvimento do Destino.

No âmbito do QREN, a ERTA mobilizou de Fundos Estruturais e mais concretamente do PO Regional (Inalentejo), mais de dez milhões de euros de FEDER, para um investimento global que se aproximou dos doze. As verbas foram aplicadas em três grandes domínios de intervenção: *rebranding* e promoção do destino; estruturação da oferta comercial e engenharia do produto e monitorização da actividade turística e apoio ao investimento.

Saliente-se, ainda, que na frente de promoção externa o investimento rondou os quatro milhões de euros, considerando um total de doze projectos aprovados.

Tal intervenção global viria, pelo sentido estratégico e consistência técnica que revelou, a ser reconhecida como uma boa prática na avaliação intercalar do Inalentejo.

Ao nível do sector privado, o valor de investimento no período de execução do QREN ultrapassou os 340 milhões de euros, assistindo-se, como nunca, a uma reconfiguração e requalificação das estruturas de alojamento e de animação da Região, com os projectos turísticos a revelarem uma qualidade superior à média nacional.

Culminando esse período de franco incremento da actividade turística, a Região obteve em Portugal e no estrangeiro várias distinções e galardões, os quais acrescentaram uma notoriedade ao Destino como até aí não se tinha verificado, colocando o Alentejo, pela primeira vez, no radar dos turistas, media, operadores e prescritores de viagens internacionais.

Destes reconhecimentos internacionais, podemos destacar dois - o do National Geographic Magazine que elegeu em 2014 o Alentejo como um dos destinos de visita obrigatórios - e o do *USA Today*, que no mesmo ano distinguiu a Região como a Melhor Região Vinícola do Mundo para Visitar.

Evidencie-se, ainda, no período de 2007 a 2014, a progressiva orientação para a internacionalização do turismo na Região, com as dormidas oriundas do estrangeiro a crescerem, em média, 7.1% ao ano.



Em 2014, o Alentejo foi ainda a região do país que mais cresceu face a 2013, com uma subida de 17, 2% nas dormidas de hotelaria, desempenho superior à média do País que se cifrou em 11%. O mercado nacional apresentou uma variação positiva de 13.7%, enquanto o externo crescia 25%, elevando a quota de dormidas de estrangeiros no final do ano, a 34,6% do total de *room nights* vendidas pelos alojamentos turísticos hoteleiros - mais 10, 4 p.p. do que em 2007.

O ano de 2015 mantém a tendência positiva de crescimento turístico, com os resultados provisórios até julho a indicarem uma subida de 12% no número de dormidas e os restantes indicadores - taxa de ocupação, proveitos e estadia média – a mostrarem-se muito favoráveis e melhores do que no ano transacto.

Em seguida, veremos, retrospectivamente, algumas das principais conclusões implícitas à implementação do programa de investimentos do turismo alentejano durante a vigência do QREN e em concreto à experiência da ERTA, para depois nos debruçarmos sobre os contributos apresentados por esta na fase de programação do Portugal 2020. Por último, identificaremos as tipologias de intervenção que se afiguram como mais prementes à manutenção de uma trajetória de crescimento sustentável da actividade na Região.

Hotel Torre de Palma - Monforte



II - Período de Programação dos Fundos Estruturais 2007-2013 (QREN)

Como se preparou a ERTA para conduzir uma estratégia de governação sólida do turismo regional durante o período de programação dos Fundos Europeus 2007-2013?

Preparou:

Um plano operacional de turismo (POTA) que funcionou como a “magna carta” do futuro do setor e suporte nuclear das intervenções que viriam a ser co-financiadas.

Estruturou:

Um modelo de intervenção com uma base técnica de sustentação estratégica e operacional.

Empreendeu:

Uma atitude aberta, diferenciada e proactiva sobre o território, assente numa premissa fundamental: a presença constante no terreno e o contacto de proximidade com os agentes da oferta.

Estimulou:

Uma relação dinâmica com o tecido económico regional.

Quais foram os factores críticos de sucesso para uma utilização eficaz dos Fundos Europeus no Turismo do Alentejo e Ribatejo?

1. A aposta do PO Regional – Inalentejo na actividade turística em função das dinâmicas de investimento suscitadas no terreno;
2. Compreensão proactiva, por parte da Autoridade de Gestão do PO Regional, da capacidade de organização, planeamento e intervenção do turismo regional, quer na vertente institucional, quer no plano dos investimentos privados;
3. Concentração das verbas dedicadas ao Turismo num número limitado de prioridades, associadas às propostas e linhas de intervenção operacional constantes do POTA;
4. Afirmção do papel de liderança e de pivot da ERTA, estimulando o relacionamento e a interação virtuosa entre instituições sectoriais/regionais e as empresas do sector.

Herdade dos Grous - Albernôa





L'AND VINEYARDS - Aldeamento Turístico das Valadas, Montemor-o-novo



Alentejo, "Melhor Região Vinícola do Mundo para Visitar"

Houve, no entanto, alguns aspectos negativos na utilização dos Fundos Europeus na área do Turismo que importaria não ver repetidos neste novo período de programação, salientando-se os seguintes:

1. A componente turística de programas, como os PROVERE e as RUCI, foi mal fundamentada e desarticulada da estratégia regional turística, revelando ineficiências e não produzindo resultados efectivos, nem na qualificação da oferta, nem no estímulo à procura;
2. O apoio público à proliferação, ainda que com forte tendência de diminuição na segunda metade do período de execução do QREN, de marcas e projectos turísticos institucionais ou de base associativa sem sustentação territorial, financeira e comercial;
3. A deficiente arquitectura de outras estratégias de eficiência colectiva nacionais, nomeadamente aquela materializada no Pólo de Turismo 2015, que nunca conseguiram envolver correctamente as ERT'S, nem articular os respectivos objetivos com os PO e as agendas regionais do Turismo.

Como principais conclusões deste período de execução dos Fundos Estruturais, podemos extrair as seguintes:

1. O Turismo acabou por ser um tema prioritário na estratégia regional 2017-2013 e em concreto no Alentejo, estando no centro das políticas públicas de desenvolvimento regional;
2. O Turismo apresentou uma dinâmica de investimento muito destacada, sendo um dos sectores mais beneficiados no quadro dos incentivos empresariais do QREN;
3. A concentração do investimento no Turismo acabou por constituir um efeito menos esperado dos objectivos iniciais do PO Regional, o que se deveu em larga medida ao forte impulso dado pelas entidades institucionais e à atividade dos privados, bem como ao modelo de governação conjunta que foi implementado;
4. O trabalho da ERTA na utilização dos Fundos Europeus, avaliado e reconhecido como boa prática e exemplo a seguir no documento de avaliação intercalar do Alentejo.

III - Período de Programação dos Fundos Estruturais 2014-2020 (Portugal 2020)

A) – As novas prioridades para o Turismo Regional

A ERTA empenhou-se, em primeiro lugar, na actualização dos instrumentos de planeamento de suporte estratégico à política pública de turismo regional, considerando a nova filosofia e objectivos do Quadro Estratégico Comum (QEC) da União Europeia.

Nessa linha, deu-se andamento, ainda em 2013, ao trabalho de revisão e adaptação do POTA, através da elaboração do “Documento Estratégico Turismo do Alentejo/Ribatejo 2014-2020”, que elegeu como Ideia-Força de suporte a uma Macro-Estratégia de intervenção, a *“Certificação do Destino - dos Serviços e do Território, com preocupações centrais ao nível da Sustentabilidade, da Identidade, da Qualidade e da Ética/Responsabilidade Social”*.

A partir dessa Ideia-Força estruturaram-se sete grandes prioridades de intervenção:

- 1ª Certificação do Destino;
- 2ª Trabalhar para uma visão intersectorial regional;
- 3ª Gerir o Destino com reforço de competências;
- 4ª Criar e promover Território Turístico;
- 5ª Institucionalizar Redes de Oferta no Território;
- 6ª Requalificar e criar novos produtos turísticos.
- 7ª Reforçar a Promoção e o Marketing digital (Alentejo 3.0).

Esta antecipação estratégica permitiu à ERTA dispor de um quadro referencial organizado de política para o período 2014-2020, ainda antes do início do trabalho de preparação dos documentos centrais de política regional associados ao novo período de Fundos Estruturais, o que possibilitou:

- Contribuir para a formatação da componente turística do Plano de Ação Regional Alentejo 2020, base estratégica, entre outros instrumentos de política, do novo PO Regional - Alentejo 2020;
- Fixar um conjunto de propostas de natureza operacional, as quais foram apresentadas à CCDR Alentejo no âmbito da elaboração do PO Regional, visando o reforço dos objectivos turísticos do Programa e a identificação das tipologias de projectos e ações a apoiar;
- Sustentar a base de negociação com a CCDR Alentejo e, indiretamente, através desta, com a própria Comissão Europeia, visando a inclusão do Turismo como um domínio diferenciador no âmbito da estratégia regional de especialização inteligente (EREI);
- Incutir um quadro referencial para o Turismo nas estratégias de desenvolvimento sub-regional a cargo das Comunidades Intermunicipais, procurando que as diversas EIDT, sem prejuízo das especificidades territoriais de cada sub-região, comungassem do mesmo racional de desenvolvimento turístico;
- Induzir a celebração de protocolos de cooperação com as ADL/GAL para a execução dos DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária;
- Consensualizar com as CIM's e os GAL as prioridades de investimento para o Turismo regional, alinhadas com os objectivos e metas do PO Regional - Alentejo 2020.

A partir das formulações estratégicas definidas no “Documento Estratégico Turismo do Alentejo/Ribatejo 2014-2020”, a ERTA promoveu a elaboração de diversos Planos Operacionais por Produto Turístico, cuja implementação nos próximos anos será crucial para a qualificação do Destino.

B) - Políticas Públicas - Turismo 2014-2020

B.1) Principais mensagens veiculadas pela ERTA na fase de programação da nova geração de Fundos Estruturais:

- 1ª Transversalizar o turismo de forma mais acentuada nos diversos eixos de intervenção do PO Regional;
- 2ª Dar um maior peso ao Turismo na estratégia de competitividade e de internacionalização da Região;
- 3ª Concentrar as verbas para a promoção turística nas entidades institucionais relevantes do setor, por forma a garantir-se uma maior eficácia na devolução de resultados às empresas e ao território;
- 4ª O Turismo deve constituir-se como um domínio prioritário na estratégia de especialização inteligente regional.

B.2) Principais aspectos que vieram a ser consagrados nos instrumentos de política pública com impacto no Turismo no âmbito do período de programação dos Fundos Europeus 2014-2020:

- 1º No Plano de Ação Regional Alentejo 2020, o Turismo mereceu reconhecimento central através da fixação da Iniciativa Âncora “Turismo do Alentejo e Ribatejo”;
- 2º Na matriz nacional agregada de prioridades temáticas da estratégia nacional de especialização inteligente, foi atribuída pontuação máxima ao Turismo no Alentejo/Ribatejo, formulação de política pública que foi depois reflectida no Acordo de Parceria “Portugal 2020” e no PO Temático “Competitividade e Internacionalização”;
- 3º Identificação do Turismo na EREI Alentejo como um domínio diferenciador, a par do Património e das Indústrias Culturais e Criativas.

Cante Alentejano - Património Imaterial da Humanidade



Litoral Alentejano – Melhores Praias da Europa para o Jornal The Guardian (GB)



B.3) Principais tipologias de projecto propostas pela ERTA no âmbito da construção regional do PO Regional Alentejo 2020:

No âmbito da Competitividade e Internacionalização:

- Iniciativas de diplomacia económica dirigidas ao mercado internacional, envolvendo atores públicos e privados na promoção externa dos produtos regionais;
- Ações de promoção integrada para comunicação e apoio à venda dos principais “setores bandeira” da economia regional;
- Campanhas internacionais de promoção turística das Marcas Alentejo e Ribatejo;
- Iniciativas no domínio da certificação com base em referenciais reconhecidos, nacional e internacionalmente;
- Incentivo à criação de corredores com oferta turística especializada, disponibilizando produtos rurais e agro-industriais;
- Apoio à estruturação e dinamização de redes de oferta turística no território;
- Reconversão e modernização do alojamento turístico existente, assente em iniciativas de especialização por produto turístico;
- Criação de alojamento temático fortemente orientado para novas tendências de mercado.

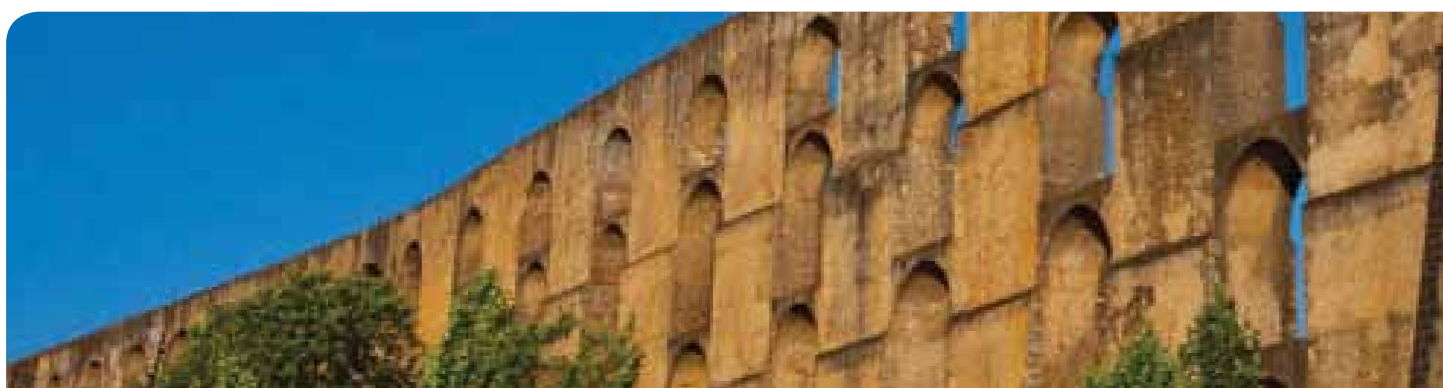
No âmbito da Estruturação e Comercialização da Oferta Turística:

- Atividades de Reengenharia do Produto Turístico (sistematização da oferta, estruturação de rotas e itinerários experienciais, conteúdos, informação, sinalização, valorização turística de recursos e atrações);
- Apoio ao desenvolvimento de ofertas integradas de pacotes de turismo, de natureza, gastronomia e vinhos, touring cultural;
- Operações valorizadoras da paisagem rural que criem amenidades e serviços de apoio ao turista (ciclovias, passeios a pé, aproveitamento de ramais ferroviários desativados).

Escaroupim - Ribatejo



Aqueduto de Elvas



As atividades a desenvolver neste domínio encontram-se, em larga medida, previstas nos planos operacionais que a ERTA desenvolveu para os diversos produtos turísticos, designadamente, Touring Cultural, Náutico, Sol e Mar, Equestre, Enoturismo, Cinegético e Património da Humanidade.

No âmbito da Qualificação global do Território para a Atividade Turística:

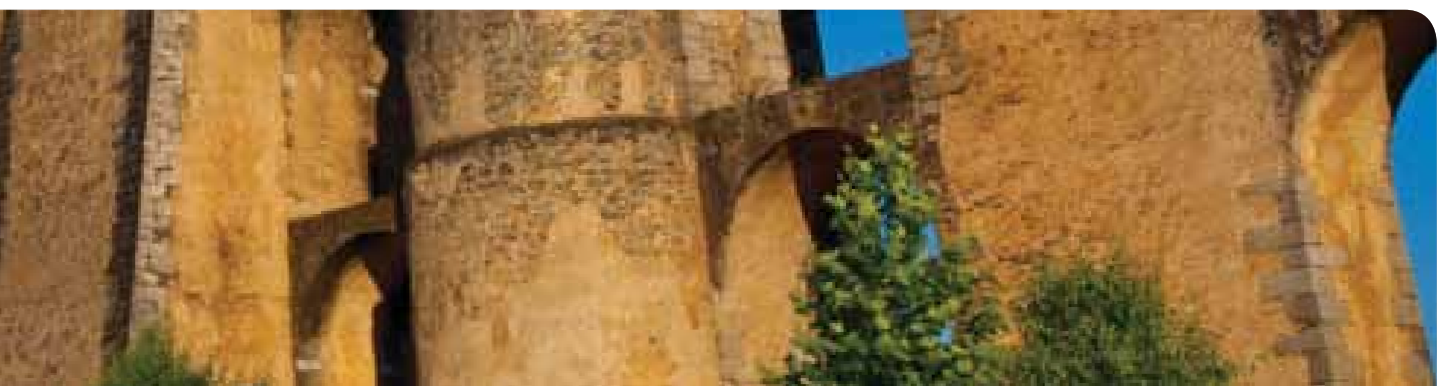
- Qualificação de espaço público que potencie a criação de amenidades turísticas e acrescente valor aos serviços disponibilizados ao visitante;
- Valorização do património e das memórias relacionadas com a identidade local, na ótica da criação e diversificação de experiências;
- Operações de regeneração e competitividade urbana que promovam a ligação do Turismo às indústrias culturais, criativas e aos eventos;
- Melhoria da Sinalética Viária, Urbana e de orientação geral e turística;
- Apoio a pequenas obras de recuperação e valorização patrimonial de recursos com interesse cultural-turístico, por exemplo ao nível do património religioso e que sejam importantes para a roteirização da oferta;
- Animação e activação turística do Património Cultural Imaterial;
- Melhoria das condições de acessibilidade, ao nível das infraestruturas, equipamentos e serviços, visando o desenvolvimento de um turismo universal e inclusivo.

IV – Conclusão

Procurámos, nas linhas anteriores, passar em revista a experiência recente da ERTA na conceptualização estratégica e na utilização dos Fundos Estruturais para o desenvolvimento do turismo regional. À entrada do novo período de programação, a ERTA identificou três grandes desafios que nortearão a sua intervenção nos próximos seis anos:

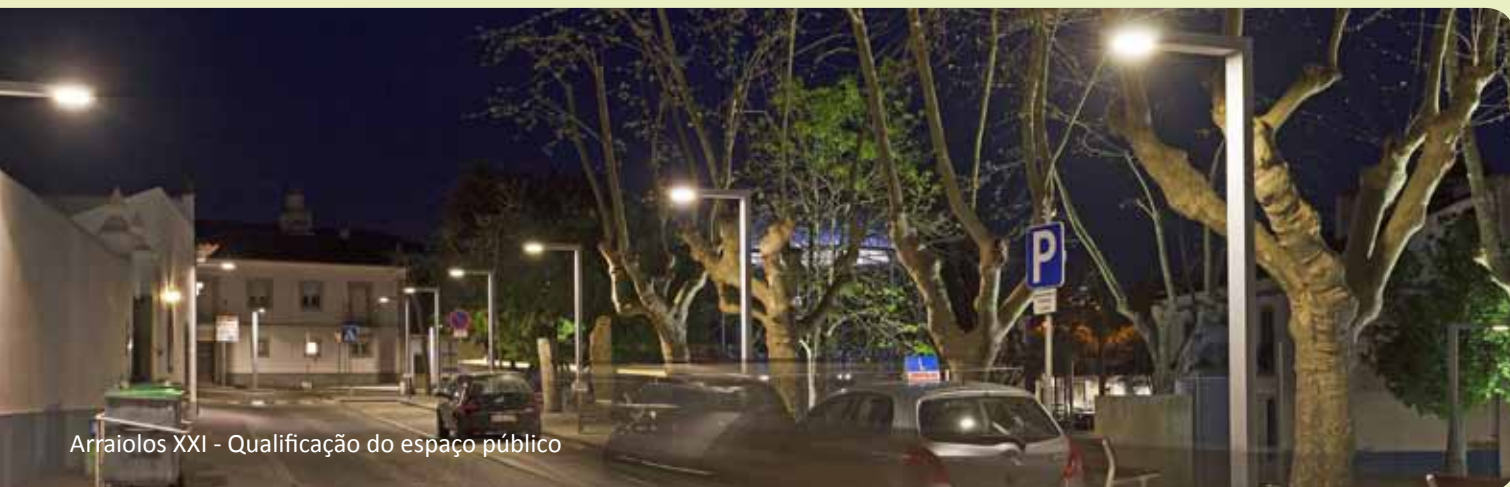
- 1º Consolidar o papel desempenhado no ciclo de programação dos Fundos Estruturais 2007-2013, agindo como líder e centro agregador e racionalizador da estratégia regional de desenvolvimento turístico,** dos programas e dos projectos comuns de carácter regional e sub-regional.
- 2º Colaborar na dinamização da EREI num novo modelo de governação de Fundos estimulado pela Comissão Europeia,** em que os próprios beneficiários são convidados a participar na definição e formulação dos programas e convites. Em concreto, a ERTA propõe-se participar na Plataforma Temática de Especialização Inteligente, funcionando como “Champion” do Domínio de Especialização “Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo”.
- 3º E, finalmente, num terceiro desafio, enquanto beneficiária direta dos programas de financiamento, focar-se na execução de projectos de referência para o turismo regional, nomeadamente daqueles com capacidade estruturante de qualificação da oferta e promoção da Região.** Para tal, é absolutamente crucial que seja garantido ao Turismo e às entidades do setor beneficiárias do PO Regional, um nível de alocação de verbas pelo menos semelhante ao do período de programação anterior dos Fundos Estruturais ■

Artigo da responsabilidade de António Ceia da Silva, Presidente da Entidade Regional de Turismo do Alentejo / Ribatejo



Programa Operacional Regional - INALENTEJO

Situação em 31-07-2015



Arraiolos XXI - Qualificação do espaço público

Em 31 de Julho encontra-se aprovado o valor de 931,8 milhões de euros de Fundo Comunitário

O Programa Operacional Regional do Alentejo 2007/2013 encontra-se na fase final da sua execução, procedendo-se ao seu acompanhamento à data de 31 de Julho.

Nesta fase de execução do Programa, o mesmo encontra-se com um *overbooking* de cerca de 77,9 milhões de euros, face ao fundo comunitário já aprovado de 931,8 milhões e ao fundo disponível para a região de 853,9 milhões de euros.

Acompanhamento das Candidaturas - Programação / Aprovação

INALENTEJO - Julho - 2015

Designação		Valor Euros
Programação	Fundo comunitário	853.933.978,00
Aprovação	Investimento total	1.384.849.560,94
	Custo total elegível	1.223.613.415,97
	Despesa pública	1.091.479.959,21
	Fundo comunitário	931.784.459,36
Saldo	(Overbooking)	-77.850.483,00

Fonte: INALENTEJO - MOF Julho 2015

Foram aprovadas 2180 operações que totalizam o valor total elegível de 1223,6 milhões de euros

Tendo em conta a situação quanto às candidaturas entradas até final de Julho de 2015, há uma variação negativa de 27 face ao mês homólogo de 2014, o que corresponde a uma variação também negativa no investimento total de cerca de 98,2 milhões. Foram substancialmente reduzidas as

operações em aceitação, havendo somente nove nesta situação e 10 em análise de mérito. De salientar a aprovação de 2180 operações até à data de 31-07, o que corresponde a um investimento global de 1384,8 milhões de euros e elegível de 1223,6 milhões (menos 38,5 milhões que no mês homólogo de 2014).

A situação de overbooking prevê que haja um conjunto de operações rescindidas e desistidas/anuladas aproximando-se a taxa de compromisso de 100%, encontrando-se, no entanto, ainda em cerca de 109,1%. Até à data que se tomou como referência, foram rescindidas 337 operações e desistidas/anuladas 632.

Estão concluídas 544 operações, o que corresponde a mais 328 que no mês homólogo de 2014, o que totaliza cerca de 129,3 milhões de euros de Fundo Comunitário.

Acompanhamento das Candidaturas – INALENTEJO - Julho 2015

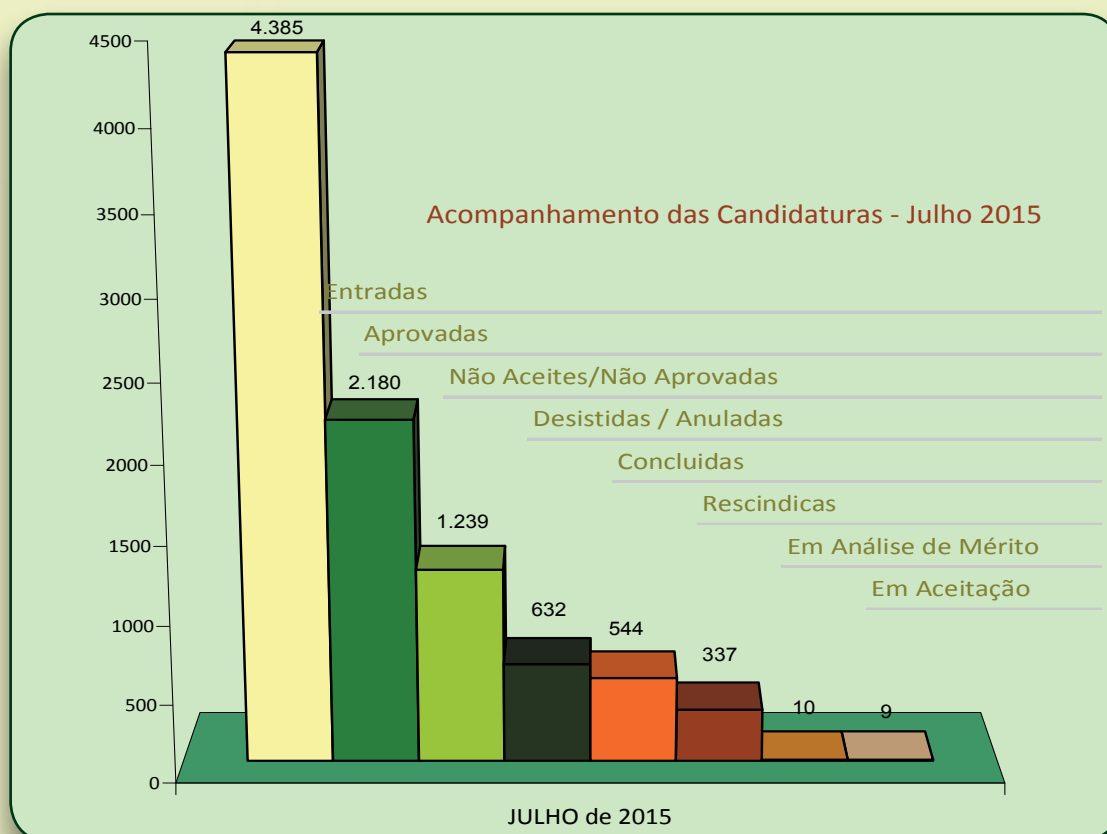
Tipologia de operação			Julho 2015	Julho 2014	Varição
Estado das Candidaturas / Operações	Entradas	Nº	4.385	4.412	-27
		Investimento Total	3.352.216.323	3.450.509.639	-98.293.316
	Em Aceitação	Nº	9	91	-82
		Investimento Total (€)	7.088.886	133.464.055	-126.375.168
	Não Aceites / Não Aprovadas	Nº	1.239	1.235	4
		Investimento Total (€)	927.464.089	931.803.665	-4.339.577
	Em Análise de Mérito	Nº	10	13	-3
		Investimento Total (€)	3.156.130	5.750.076	-2.593.946
	Aprovadas	Nº	2.180	2.225	-45
		Financiam. Total Elegível (€)	1.223.613.416	1.185.096.115	38.517.300
		Financiam. Comunitário (€)	931.784.459	884.141.506	47.642.953
	Rescindidas	Nº	337	282	55
		Financiam. Total (€)	433.638.291	381.048.005	52.590.286
	Desistidas / Anuladas	Nº	632	566	66
		Financiam. Total (€)	588.983.522	601.818.591	-12.835.069
	Concluídas	Nº	544	216	328
		Financiam. Total (€)	186.538.529	86.480.433	100.058.096
		Financiam. Total Elegível (€)	172.320.149	78.630.289	93.689.859
		Financiam. Comunitário (€)	129.309.109	54.364.914	74.944.195

Fonte: INALENTEJO - MOF Julho 2015

Centro Educativo de Vendas Novas



Acompanhamento das Candidaturas – INALENTEJO



Foi validado o valor total elegível de cerca de 916 milhões de euros, dos quais 700,4 milhões correspondem a Fundo Comunitário

O valor total elegível validado chegou a cerca de 916 milhões de euros, dos quais, cerca de 826 milhões são referentes a despesa pública validada e 700,4 milhões a Fundo Comunitário também validado. Os pagamentos de reembolso efectuados atingiram os 679 milhões de euros.

Acompanhamento das Candidaturas - Execução / Pagamentos

INALENTEJO - Julho - 2015

Designação		Valor Euros
Execução	Custo total elegível validado	915.999.555,65
	Despesa pública validada	826.388.378,67
	Fundo comunitário validado	700.403.235,73
Pagamentos	Adiantamentos certificáveis - montante fundo	6.071.404,11
	Adiantamentos não certificáveis	52.224.310,53
	Reembolso	679.332.924,25
	Total	737.628.638,89

A taxa de execução, sem incluir os adiantamentos certificáveis, chegou aos 82%

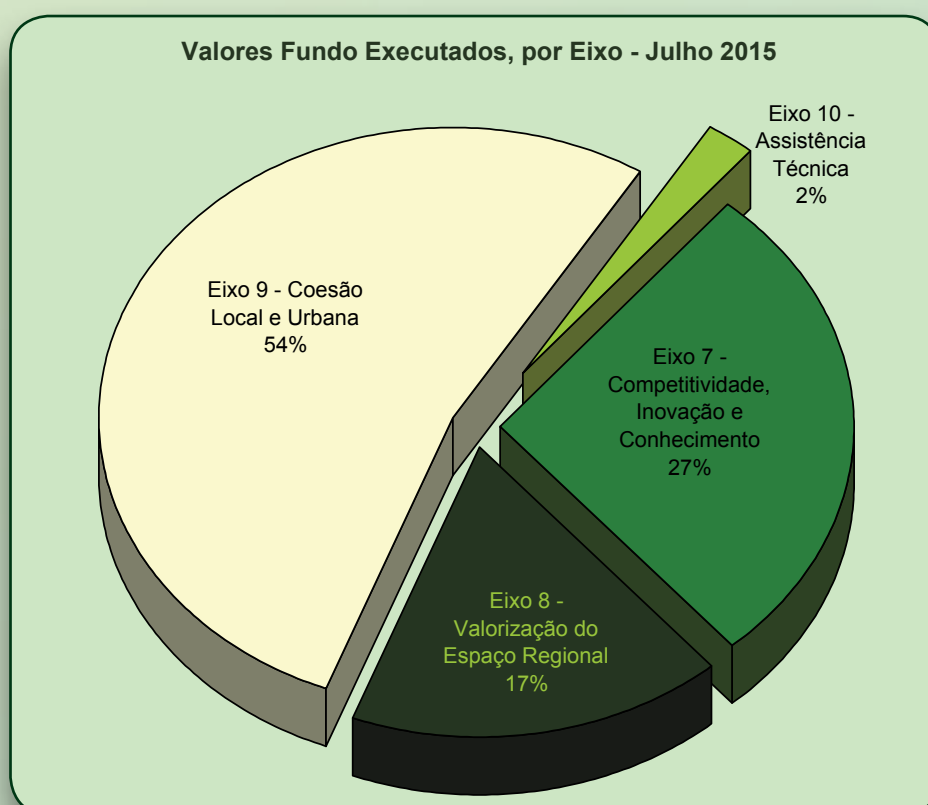
Os indicadores financeiros revelam a taxa de compromisso ainda superior a 100% devido à existência de *overbooking*, estando a taxa de execução em 82% se não se tiverem em conta os adiantamentos certificáveis e cerca de 83% se estes forem tidos em conta.

Acompanhamento das Candidaturas Indicadores Financeiros INALENTEJO - Julho - 2015	
Designação	%
Taxa de compromisso(AP/PR)	109,12%
Taxa de execução(VA/PR)	82,02%
Taxa de execução(VA+AC)/PR	82,73%
Taxa de realização(VA/AP)	75,17%
Taxa de pagamento(PG/AP)	79,16%
Taxa de reembolso(PG/EX)	105,31%

AP - Aprovado; PR - Programado; VA - Validado; AC - Adiantamentos certificáveis;
PG - Pagamentos; EX - Execução

Fonte: INALENTEJO - MOF Julho 2015

Os valores do Fundo Executados por eixo, revelam a maior dimensão na execução de operações no âmbito da Coesão Local e Urbana ■



Programa Operacional Regional



Operacionalização do Alentejo 2020

Aprovação

O Alentejo 2020 - Programa Operacional Regional do Alentejo para o período 2014-2020, foi aprovado pela Comissão Europeia, por decisão de 18.12.2014.

Com uma dotação global de 1.082,9 Milhões de euros, dos quais 898,2 Milhões de euros do FEDER e 184,7 Milhões de euros do FSE, representa uma aposta nos vértices estruturantes de natureza económico-empresarial, aliados à qualificação das competências e conhecimento e ao desenvolvimento urbano sustentável, com um grande enfoque no reforço da competitividade das PME, na promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego, no apoio à transição para uma economia de baixo carbono e a preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente dos recursos.

A implementação do **Alentejo 2020** reforça a aposta da Região Alentejo em torno da **Identidade** regional, visando um acréscimo da **Competitividade** das empresas regionais para a criação de riqueza, e postos de trabalho, garantindo a continuidade do trabalho em parceria de forma planeada, com disponibilidade, iniciativa e **Responsabilidade**.



Cerimónia de Lançamento do Portugal 2020 na Região Alentejo

Cerimónia de Lançamento do Portugal 2020 na Região Alentejo

A Cerimónia de Lançamento do Portugal 2020 na Região Alentejo decorreu no dia 2 de março, no Centro de Negócios Transfronteiriço de Elvas.

Este evento, organizado pela Comissão Diretiva do Alentejo 2020 e CCDRA, contou com cerca de 1200 participantes, tendo constituído a oportunidade para a apresentação do Portugal 2020, do Alentejo 2020 – Programa Operacional Regional do Alentejo, e dos Programas Operacionais temáticos: Capital Humano (POCH), Competitividade e Internacionalização (POCI), Inclusão Social e Emprego (POISE) e Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR).

A Cerimónia foi presidida pelo Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares

Maduro, e contou com a presença de diversos Membros do Governo, o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Manuel Castro Almeida, o Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, João Casanova de Almeida, o Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade, Pedro Gonçalves, o Secretário de Estado do Emprego, Octávio de Oliveira, o Secretário de Estado do Ambiente, Paulo Lemos, e o Secretário de Estado da Administração Interna, João Pinho de Almeida.



Reunião do Comité de Acompanhamento do Alentejo 2020

Comité de Acompanhamento do Alentejo 2020

O Comité de Acompanhamento do Alentejo 2020 tem por competências, entre outras, analisar e aprovar a metodologia e os critérios de seleção das operações. Estes são dois pontos essenciais para a abertura dos concursos e a apresentação das candidaturas.

A composição do Comité de Acompanhamento é fixada por despacho do Governo, e integra representantes: da Autoridade de Gestão, que preside, dos competentes órgãos de coordenação, dos organismos intermédios, da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, dos parceiros económicos e sociais e das organizações relevantes da economia social e instituições de ensino superior, das entidades públicas mais relevantes para o Programa e da sociedade civil, incluindo do setor ambiental, bem como os Presidentes das Comunidades Intermunicipais e das associações empresariais da Região. A Comissão Europeia, através da DG REGIO e DG Emprego, e a Inspeção-Geral de Finanças integram o Comité de Acompanhamento, na qualidade de observadores.

O Alentejo 2020 reuniu o Comité de Acompanhamento pela primeira vez no dia 25 de fevereiro de 2015, em Beja, onde se verificou a aprovação do Regulamento Interno que marca o arranque dos trabalhos deste órgão e permitiu reunir as condições para se avançar com a implementação do Programa.

O Comité de Acompanhamento já reuniu mais três vezes em 2015, a segunda e a quarta foram reuniões conjuntas dos Comités de Acompanhamento dos Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro Lisboa, Alentejo e Algarve e do Programa Operacional da Competitividade e Internacionalização.

A segunda reunião (conjunta) realizou-se em Santarém no dia 9 de março de 2015, para aprovação da metodologia e dos critérios de seleção das operações no domínio da Competitividade e Internacionalização. A terceira reunião realizou-se no dia 2 de junho de 2015 em Évora, para análise e aprovação da metodologia e critérios de seleção das candidaturas nos domínios da Sustentabilidade e Eficiência nos Uso dos Recursos e do Capital Humano, Inclusão Social e Emprego, ponto de situação dos instrumentos financeiros para apoio direto às empresas e apresentação da proposta de Estratégia de Comunicação do Alentejo 2020. A quarta reunião (conjunta) realizou-se no dia 29 de julho em

Programa Operacional Regional

Santarém, para apresentação do estudo de avaliação referente aos instrumentos financeiros a alocar pelos Programas Operacionais às empresas, através de fundo estrutural, discutir as estratégias das Autoridades de Gestão para a sua aplicação e aprovar os inerentes critérios de seleção.



O Balcão 2020 é a porta de acesso aos fundos comunitários do Programa Portugal 2020, um balcão único virtual onde é possível entregar as candidaturas online, e onde todos os beneficiários que pretendam apresentar uma candidatura aos fundos comunitários, devem efetuar o seu registo e autenticação.

No processo de simplificação da elaboração de candidaturas no âmbito do Portugal 2020, foi implementada a consulta aos dados transversais já residentes noutros Sistemas de Informação da Administração Pública. Deste modo, a entidade candidata a beneficiária não tem que introduzir dados que, entretanto, já registou noutros organismos.

Regulamentos Específicos

Em 27.02.2015, foram publicados em Diário da República os primeiros Regulamentos Específicos dos Programas Operacionais do Portugal 2020, o Regulamento Específico Competitividade e Internacionalização e o Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos. O Regulamento Específico do domínio do Capital Humano foi publicado em 02.03.2015 e o Regulamento Específico do domínio da Inclusão Social e Emprego foi publicado em 30.03.2015. Os Regulamentos estão disponíveis para consulta no site do Alentejo 2020.

CrITÉRIOS de Seleção das Candidaturas

A aprovação dos domínios de avaliação e critérios de seleção dos projetos pelo Comité de Acompanhamento são condição essencial para a abertura de concursos nos diferentes domínios temáticos. Os domínios de avaliação e os critérios de seleção dos projetos do domínio da Competitividade e Internacionalização foram aprovados em 9 de março de 2015. Este domínio abrange os Sistemas de Incentivos, a Modernização e Capacitação da Administração Pública, a Investigação Científica e Tecnológica e as Ações Coletivas.

A análise e aprovação da metodologia e critérios de seleção das candidaturas nos domínios da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos, Inclusão Social e Emprego e do Capital Humano, verificou-se na reunião do Comité de Acompanhamento de 2 de junho.

Os critérios de seleção deverão ter em conta o contributo dos projetos ou operações para os Indicadores de Resultado dos Programas Operacionais e para outros domínios, os quais deverão estar expressos em cada Aviso para Apresentação de Candidaturas em função do Eixo e do Programa Operacional a que diga respeito.

Avisos de Abertura de Concurso

A Comissão Interministerial de Coordenação - CIC Portugal 2020 aprovou em março de 2015 o Plano de Avisos para a apresentação de candidaturas, dando aplicação ao modelo de governação do Portugal 2020 e divulgando as datas de abertura dos vários avisos para apresentação de candidaturas. O Plano, que tem sido objeto de atualização em função da implementação do Portugal 2020, permite aos potenciais beneficiários dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento – FEEL, saberem com a devida antecedência as datas de abertura de candidaturas aos Programas Operacionais.

Por deliberação da CIC Portugal 2020, o primeiro aviso destinado à receção de candidaturas, foi aberto no Balcão 2020 no dia 12 de novembro de 2014, com o convite dirigido às comunidades

intermunicipais e às áreas metropolitanas no sentido de apresentarem as suas propostas de estratégias integradas de desenvolvimento territorial, que vieram a constituir a base para a contratualização dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

Até ao final do 3.º trimestre de 2015, o Alentejo 2020 abriu 31 concursos, dos quais 21 se encontravam fechados naquela data, com as respetivas tramitações em curso.

Territórios de Baixa Densidade

A CIC Portugal 2020 aprovou a classificação de 165 Municípios e 73 Freguesias de baixa densidade, para efeitos de aplicação de medidas de discriminação positiva.

Objetivando a estabilização de um referencial, esta deliberação permite que o Portugal 2020 e os seus Programas Operacionais reconheçam um tratamento diferenciado aos territórios de baixa densidade através de três distintas modalidades:

i) abertura de concursos específicos, ii) critério de bonificação na apreciação de candidaturas e iii) majoração da taxa de apoio.

Para o efeito, foi adotada uma abordagem multicritério que considera a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, as características socioeconómicas e acessibilidades.

Na Região Alentejo (NUTII), o território é considerada território de baixa densidade, com exceção do concelho de Sines e dos seguintes concelhos da Lezíria do Tejo: Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém (onde não se inclui a união das freguesias de Casével e Vaqueiros).

Abordagens Territoriais

- **Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial - EIDT**

As Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial - EIDT são referenciais estratégicos que asseguram a coerência com as intervenções de cariz sub-regional ou local, bem como com as Estratégias definidas a nível das respetivas NUTS II. Estas Estratégias são dinamizadas pelas Comunidades Intermunicipais - CIM de cada uma das NUTS III do Continente, em articulação com os restantes atores relevantes para os processos integrados de desenvolvimento regional.

O reconhecimento das EIDT é uma condição prévia à implementação dos Investimentos Territoriais Integrados - ITI.



Cerimónia de aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

- **Investimentos Territoriais Integrados - ITI**

Os Investimentos Territoriais Integrados - ITI são concretizados através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial e visam enquadrar as intervenções das entidades municipais e intermunicipais essenciais à implementação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Terri-

Programa Operacional Regional

torial - EIDT da respetiva NUTS III, podendo incluir a participação de outros copromotores associados, desde que estes tenham manifestado acordo explícito para tal na fase de apresentação e aprovação dos Pactos.

A apresentação de candidaturas à aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, verificou-se a 30 de março de 2015. Todo o processo decorreu com a brevidade que se impunha, tendo a Autoridade de Gestão do Alentejo 2020 celebrado os Protocolos, referentes aos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial com as cinco Comunidades Intermunicipais da Região Alentejo, em cerimónia presidida pelo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Manuel Castro Almeida, no dia 31 de julho de 2015, na CCDRA.

O Alentejo 2020 foi o primeiro Programa Operacional Regional a celebrar os referidos Protocolos, no âmbito do período de programação 2014-2020, os quais compreendem uma dotação global de fundos contratualizados de 159,8 milhões de euros. Deste montante, 108,7 milhões de euros são FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, 41,1 milhões de euros são FSE – Fundo Social Europeu, 1,8 milhões de euros são Fundo de Coesão e 8,2 milhões de euros são FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.

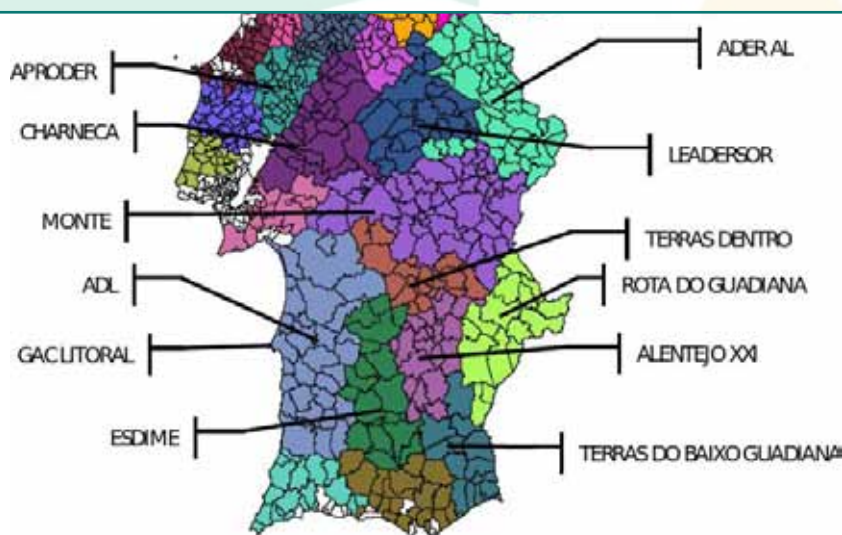
Estas verbas são atribuídas pelos diferentes Programas Operacionais em função das prioridades definidas nos Pactos. No Alentejo, para além do Alentejo 2020, os outros Programas Operacionais que contribuem para a dotação contratualizada para cada Pacto são: o PDR – Programa de Desenvolvimento Rural, o POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e o POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos.

- **Desenvolvimento Local de Base Comunitária - DLBC**

O Desenvolvimento Local de Base Comunitária – DLBC é uma forma de abordagem integrada que visa promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada no empreendedorismo e na criação de postos de trabalho.

Este enfoque temático deverá ser promovido de forma concertada, envolvendo os vários níveis de atuação (nacional, regional e local), e dar resposta aos elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza, através da dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios mais amplos e, em geral, da diversificação das economias locais, do estímulo à inovação social e à busca de novas respostas a problemas de pobreza e de exclusão social em territórios desfavorecidos em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional.

Mapa de Parcerias



- **Estratégias de Desenvolvimento Local - EDL e Grupos de Ação Local - GAL**

Para aprovação de Estratégias de Desenvolvimento Local - EDL e reconhecimento dos Grupos de Ação Local – GAL, foi aberto Convite em junho de 2015, como segunda fase do processo de implementação do instrumento Desenvolvimento Local de Base Comunitária.

O convite justificou-se pela necessidade de definição de princípios e regras de funcionamento para estes órgãos intermédios de gestão, de forma coerente e em consonância com as restantes orientações nacionais e comunitárias estabelecidas para o período de 2014-2020.

Está concluída a primeira fase do concurso de pré-qualificação de parcerias e da macroestrutura das respetivas linhas estratégicas e dos territórios, que reúnam as condições adequadas à submissão de uma EDL – Estratégia de Desenvolvimento Local, e à constituição de um GAL – Grupo de Ação local, determinante para o processo de implementação do instrumento Desenvolvimento Local de Base Comunitária.

Na Região Alentejo, foram pré-qualificadas 11 parcerias com vista à submissão de EDL e reconhecimento dos GAL. As parcerias congregam-se em torno de uma estratégia integrada para um território sub-regional ou local.

- **Ações Integradas de desenvolvimento Urbano Sustentável – AIDUS**

As Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável - AIDUS destinam-se a prosseguir estratégias de Desenvolvimento Sustentável tendo em consideração a relevância dos sistemas urbanos na dinamização do crescimento e do emprego, da competitividade e da inovação, e também da sustentabilidade e promoção da qualidade de vida.

Estas estratégias deverão abordar as questões críticas e mais específicas dos espaços urbanos, como sejam: estratégias de regeneração e revitalização urbanas, estratégias de intervenção em comunidades urbanas desfavorecidas e estratégias de mobilidade urbana sustentável.

Tendo por base o modelo de estruturação do sistema urbano nacional definido em sede de instrumentos de gestão territorial, cada Programa Operacional Regional enuncia o conjunto de centros urbanos de nível superior elegíveis para efeitos de Ações Integradas De Desenvolvimento Urbano Sustentável - AIDUS e de Desenvolvimento Local de Base Comunitária - DLBC urbanos que, no Alentejo, são:

- Os centros urbanos regionais, nomeadamente dos municípios de Évora, Beja, Portalegre, Santarém, Elvas/Campo Maior e Sines/Santiago de Cacém/Santo André,
- Os centros urbanos estruturantes, nomeadamente dos municípios Ponte de Sor, Nisa, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Estremoz, Reguengos de Monsaraz, Castro Verde, Aljustrel, Serpa, Moura, Odemira, Grândola, Alcácer do Sal, Almeirim, Benavente, Coruche, Cartaxo e Rio Maior.

Para aceder às AIDUS os municípios em causa devem elaborar Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano – PEDU, em função de cada prioridade que tencionem mobilizar em futuros concursos.

No Alentejo, o Convite destinado aos Municípios dos centros urbanos de nível superior que tencionem contratualizar com o Alentejo 2020 as prioridades de investimento inscritas no Eixo 4 – Desenvolvimento Urbano Sustentável, já encerrou.

Instrumentos Financeiros de Apoio às Empresas

Os Instrumentos Financeiros visam responder a falhas de mercado identificadas no financiamento às empresas e colmatar as insuficiências detetadas no apoio aos seus investimentos, nomeadamente nas dimensões do empreendedorismo, internacionalização e inovação produtiva.

Programa Operacional Regional

O Alentejo 2020 prevê uma dotação de cerca de 200 milhões de euros para responder às falhas de mercado diagnosticadas, que serão alocados através de mecanismos de instrumentos de dívida (garantias, bonificação de comissões de garantia, bonificação de juros e linhas de financiamento) e capital (participação em fundos de capital de risco ou outros instrumentos financeiros de capitalização). A gestão dos Instrumentos Financeiros será articulada com a IFD (Instituição Financeira de Desenvolvimento), criada em 21 de outubro de 2014, que tem por missão a realização de operações que visem colmatar as insuficiências de mercado no financiamento de pequenas e médias empresas, através da gestão de fundos de investimento, de outros patrimónios autónomos ou de instrumentos de natureza análoga, suportados por fundos públicos de apoio à economia, e da realização de operações de crédito, incluindo concessão de garantias e outros compromissos. As Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais integrarão o Conselho Geral da IFD.

Com o objetivo de iniciar a implementação dos instrumentos financeiros de apoio a empresas, já foram endereçados Convites à Instituição Financeira de Desenvolvimento - IFD para a implementação inicial de fundos de fundos, sendo um de Capital / Quase Capital e outro de Dívida / Garantia.

No caso do Alentejo 2020, o objetivo específico dos Convites consiste em conceder apoios financeiros a projetos que contribuam para o Reforço da capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços, através do investimento empresarial em atividades inovadoras e qualificadas que contribuam para a sua progressão na cadeia de valor.

Projeto empresarial - Nunes Sequeira, S.A. / Marvão



Primeiros projetos aprovados

O Alentejo 2020 aprovou um primeiro conjunto de 166 projetos de investimento até final de agosto 2015, no âmbito dos Sistemas de Incentivos às Empresas, correspondendo a um investimento total de 47,1 milhões de euros e um incentivo total de 19,2 milhões de euros.

A área da Qualificação e Internacionalização PME, com 58 projetos aprovados, é a que apresenta um maior volume de investimento aprovado no montante total de 29 milhões de euros e um incentivo total no montante de 8,5 milhões de euros, para projetos de qualificação das estratégias e recursos e de internacionalização das Micro e Pequenas Empresas.

A área da Inovação produtiva tem 11 projetos aprovados, com um volume de investimento de 12,7 milhões de euros e um incentivo no montante de 6,8 milhões de euros. Nesta dimensão de apoio, os projetos aprovados destinam-se a apoiar o processo produtivo, tendo em vista a produção de novos bens e serviços ou melhorias significativas da produção atual, através da transferência e aplicação de conhecimentos, ou a adoção de novos ou significativamente melhorados processos ou métodos de fabrico, visando a ascensão na cadeia de valor das empresas dos setores alvo e a internacionalização da economia regional e nacional.

Foram ainda aprovados 5 projetos na área do Empreendedorismo Qualificado, com um montante de investimento aprovado de 3,8 milhões de euros e um incentivo de 2,7 milhões de euros.

No que se refere aos Vales, foram aprovados na totalidade 92 projetos com um incentivo total de 1,3 milhões de euros. Os Vales aprovados estão distribuídos pelas áreas do Empreendedorismo: 45 projetos, Internacionalização: 4 projetos e Inovação: 43 projetos.

Os Vales são um mecanismo mais simplificado, com limite de apoio até 15.000 euros de incentivo, que permite aos beneficiários criarem condições para avançarem com os seus projetos de investimento, nomeadamente em aquisições de serviços para a criação de planos de negócios, prospeção de mercados externos ou outros ■

